

PASSADO, PRESENTE E FUTURO: REPENSANDO AS MODIFICAÇÕES HISTÓRICAS E CAPITALISTAS NAS SOCIEDADES INDÍGENAS PELA ETNOMATEMÁTICA

DOI: <https://doi.org/10.33871/22385800.2021.10.21.209-234>

Matheus Moreira da Silva¹
José Pedro Machado Ribeiro²
Ana Paula Purcina Baumann³

Resumo: Este artigo tem como objetivo problematizar e discutir as reflexões feitas durante a realização de atividades presenciais com licenciandos indígenas, dentro do componente curricular “Cultura e Comércio”, ofertado pelo curso de Licenciatura em Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás, no ano de 2017. Buscamos identificar elementos relacionados ao comércio e ao capitalismo dentro das comunidades indígenas e relatadas pelos estudantes. Para tanto, lançamos mão de algumas problematizações importantes para os professores indígenas, em processo formativo, a saber: como eram realizadas as relações comerciais no passado? Como são realizadas as relações comerciais hoje? E, como imaginam que as relações comerciais serão realizadas no futuro? Essas reflexões se pautaram na perspectiva da Etnomatemática que, aplicada à formação inicial do professor indígena, propicia, no nosso entendimento, a compreensão das diferenças culturais e comerciais em seu contexto. Será utilizado como metodologia uma abordagem qualitativa e o método da etnografia de eventos, com enfoque hermenêutico interpretativo. Fundamentaremos as discussões nas concepções da Etnomatemática e da Interculturalidade, que nos levam a perceber que os conhecimentos indígenas receberam diversas influências, das mais variadas civilizações, o que acabou acarretando a perda do patrimônio cultural imaterial. É importante destacar que a abordagem à luz da Etnomatemática aqui estabelecida foi extremamente válida, pois possibilitou aos indígenas um caminho para o estabelecimento de debates sobre as práticas comerciais e seus direitos, de forma a tentar fortificar os valores pertencentes às populações envolvidas no processo formativo.

Palavras-chave: Relações Comerciais. Professores Indígenas. Universidade. Etnomatemática.

PAST, PRESENT AND FUTURE: RETHINKING HISTORICAL AND CAPITALIST CHANGES IN INDIGENOUS SOCIETIES BY ETHNIMATEMATICS

Abstract: This article aims to problematize and discuss the reflections made during the realization of face-to-face activities with indigenous graduates, within the curricular component “Culture and Commerce”, offered by the Intercultural Education Degree course at the Federal University of Goiás, in the year of 2017. We seek to identify elements related to trade and capitalism within indigenous communities and reported by students. To this end, we resorted to some important issues for indigenous teachers, in a formative process, namely: how were commercial relations carried out in the past? How are commercial relations carried out today? And, how do you imagine that commercial

¹ Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro do Grupo de Pesquisa e Formação em Educação Matemática – Matema. Aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: matt.moreira.pet@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3925-6527>.

² Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Líder do Grupo de Pesquisa e Formação em Educação Matemática – Matema. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: zepedro@ufg.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9227-3908>.

³ Doutora em Educação Matemática pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Membro do Grupo de Pesquisa e Formação em Educação Matemática – Matema. Docente do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: ana.baumann@ufg.br - ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1149-3504>.

relations will take place in the future? These reflections were based on the perspective of Ethnomathematics, which, applied to the initial training of indigenous teachers, provides, in our understanding, the understanding of cultural and commercial differences in their context. It will be used as methodology a qualitative approach and the method of the ethnography of events, with an interpretative hermeneutic approach. We will base the discussions on the conceptions of Ethnomathematics and Interculturality, which lead us to realize that indigenous knowledge received several influences, from the most varied civilizations, which ended up causing the loss of intangible cultural heritage. It is important to highlight that the approach in the light of Ethnomathematics established here was extremely valid, as it enabled the indigenous people to establish a debate on commercial practices and their rights, in order to try to strengthen the values belonging to the populations involved in the training process.

Keywords: Commercial Relations. Indigenous Teachers. University. Ethnomathematics.

Os povos indígenas e suas culturas historicamente subalternizadas

No Brasil existem diversos povos com representações culturais distintas, línguas e saberes próprios, mostrando que o Brasil possui uma grande diversidade cultural. Em relação aos povos indígenas, o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) esclarece que “o Brasil é composto por 305 etnias indígenas e 274 línguas distintas” (p. 5), o que indica diferentes formas de perceber e lidar com o mundo, já que um *mundo* sem diversidade é visto como um *mundo* morto (SOUZA, 1998).

Historicamente, para a sociedade ocidental dominante, “os povos indígenas foram e são vistos como grupos isolados, com culturas periféricas e marginais” (SILVA, 2018, p. 19). Taukane (2003) problematiza o fato de esses povos serem caracterizados perante os não indígenas, como desfavorecidos, marcados por discriminações, exclusões sociais, explorações, preconceitos, opressões e escravidão.

Em consonância com a autora acima, é comum perceber a existência de opressões proporcionadas pelos demais segmentos da sociedade nacional aos povos indígenas, que, desde 1500, sofrem pressões com a chegada dos portugueses nas terras brasileiras. Os não indígenas utilizam ideologias que rompem com a diversidade cultural e estabelecem uma cultura maior.

Costumes, conhecimentos, mitos, culturas, relações de comércio e as línguas dos indígenas são frequentemente questionadas pela sociedade não indígena. Ela questiona seus modos de vida, suas mudanças físicas e comportamentais, formações, modo de escrita e de linguagem. São poucas as populações indígenas, no Brasil, que não sofreram influências em sua cultura e seus modos de vida. Influências essas que se deram a partir do contato com o não indígena, e em sua grande maioria, em uma relação desigual, em que há um lado que visa o lucro e a exploração cultural e comercial.

Acredita-se que é possível alcançar o efetivo respeito às diferenças nessas relações, e

para isso é preciso reconhecer que a nossa sociedade é representada por diversas línguas, mitos, culturas, crenças, tradições, saberes e fazeres, e por meio da compreensão do direito à diversidade, do direito ao diferente, que há de se conquistar maior proteção jurídica para todo esse patrimônio e a diversidade presente nas comunidades indígenas.

As minorias étnicas, os grupos de pessoas afrodescendentes, indígenas, quilombolas, entre outras culturas, participaram ou vivenciaram várias lutas políticas, comerciais, jurídicas e econômicas, por exemplo: luta em favor à demarcação do território, à educação escolar indígena específica e diferenciada, luta contra a exploração da fauna e flora e contra a prática de usurpação de conhecimentos. Essas lutas são necessárias visto o modo como a diferença é tratada em nosso país. O Brasil é um país pluriétnico, contudo nos últimos anos, foram elaboradas “políticas da diferença e da identidade étnico-racial, ainda encontramos significativa resistência por parte da maioria dos governantes em reconhecer as políticas afirmativas de nossa sociedade” (SILVA, 2018, p. 64).

Após a *Constituição Federal de 1988* consagrou-se uma economia de mercado baseada na livre iniciativa. A teoria econômica, que foi proposta após a *Constituição*, utiliza a relação do conhecimento tradicional sem contrapartida para os povos indígenas. Os prejuízos provenientes dessa prática etnocêntrica são nefastos para as relações comerciais dos povos indígenas, ainda mais para a biodiversidade cultural, embora seja desenvolvida há bastante tempo. De acordo com Barbieri (2014), vivemos numa sociedade recolonizada, que transforma a biodiversidade em produtos, modifica as relações tradicionais do comércio indígena e se apropria indevidamente da cultura.

O foco de nosso estudo está voltado para a compreensão das relações comerciais, presentes no cotidiano indígena – num contexto histórico do passado, presente e futuro –, e no modo como essas questões dialogam com a Etnomatemática na busca por uma compreensão e aceitação de um mundo plural, multicultural, com um diálogo respeitoso entre os diversos povos e culturas.

Objetivamos nesse artigo promover uma discussão, com a Etnomatemática, sobre as influências e implicações das relações comerciais que os distintos povos indígenas, alunos do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás (UFG), vêm estabelecendo com os demais segmentos da sociedade nacional, buscando identificar elementos relacionados ao comércio e ao capitalismo dentro das comunidades indígenas a partir da visão dos estudantes. Para tanto, algumas questões importantes foram problematizadas para os professores indígenas, em processo formativo, a saber: “como eram realizadas as relações comerciais no passado? Como são realizadas as relações comerciais

hoje? E, como imaginam que as relações comerciais serão realizadas no futuro?”⁴

Nesse contexto, a construção do cenário investigativo sobre a diversidade cultural, as relações comerciais, o respeito à diferença e às raízes culturais é bastante plausível. Em meio aos debates aqui estabelecidos, o diálogo com a Etnomatemática, conforme discutido por Ribeiro (2006), surge como um caminho que “suleia”⁵ e possibilita a construção de uma humanidade interpolada a uma convivência digna e respeitosa para todos.

Do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG ao tema contextual “Cultura e Comércio”

Iniciamos este tópico contextualizando alguns aspectos do universo formativo do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG, de forma específica e local, embora seja possível percebê-los (dentre outras questões indissociáveis) dentro do cenário investigativo que será trazido posteriormente. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC)⁶ especifica a estrutura do curso, pensado e desenvolvido por eixos,

[...] o eixo de sustentação do curso de Licenciatura em Educação Intercultural Indígena aqui proposto são a *Diversidade* e a *Sustentabilidade*, definidos com base na realidade das sociedades indígenas, no reconhecimento da diferença étnica, na situação em que cada comunidade vive e no seu relacionamento com outros povos. Levaram-se em conta tanto os contextos culturais, linguísticos, políticos e econômicos quanto os relacionamentos cotidianos dessas sociedades (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2006, p. 11).

Um dos propósitos do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG é contribuir, de diversas formas, com os povos indígenas na busca de soluções para problemas que eles enfrentam no cotidiano, desde a profissionalização do professor até o fortalecimento das culturas, de suas línguas e das relações comerciais. De acordo com o projeto do curso, Silva (2018, p. 77) afirma ser esperado que “o futuro professor indígena tenha uma formação que permita trabalhar e discutir o ensino monolíngue, bilíngue e plurilíngue, além de ser capaz de contribuir com a melhoria do ensino em sua comunidade”.

O curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG possui um currículo

⁴ Essas questões foram lançadas em contexto de aula aos alunos, trabalhadas em grupos, refletindo diversas questões importantes para suas comunidades, a partir das questões problematizadas gerando reflexões sobre o assunto.

⁵ “Sulear” significa ter um olhar crítico da História e perceber a posição que ocupam hoje os países e as populações do Hemisfério Sul. (Disponível em: mundodeoz.wordpress.com. Acesso em: 06 jan. 2018).

⁶ O PPC do curso foi atualizado em 2019, e sua implementação teve início no ano de 2020. Entretanto, essa pesquisa como foi desenvolvida no ano de 2017, nos pautamos no projeto aprovado e publicado em 2006.

formativo constituído por uma matriz de formação básica, com duração de dois anos, e por uma matriz específica que se inicia a partir do terceiro ano⁷. Possui uma carga horária de 3646 horas, distribuídas em cinco tópicos: *estudos presenciais (na UFG)*; *estudos em terras indígenas (nas comunidades)*; *pesquisa e seminário de pesquisa*; *estágio supervisionado e prática como componente curricular*.

Sua estrutura está amparada pela *Constituição Federal de 1988* que reconhece o direito linguístico, intercultural e cultural. Dessa forma, os povos indígenas possuem direito a uma Educação Superior diferenciada, específica, intercultural e qualitativa. Ainda de acordo com a *Constituição de 1988* (art. 215), “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos particulares do processo civilizatório nacional” e é nesse sentido que o PCC destaca o fato de o texto constitucional ter rompido “com as políticas integracionistas de homogeneização cultural e étnica” (p. 28).

A formação intercultural proposta pelo curso prioriza a autonomia do sujeito e o fortalecimento dos vários povos no atual contexto de confrontos políticos e embates de interesses econômicos e opostos, alvidrados pelas sociedades não indígenas. Considerando essa autonomia, foram pensados e estruturados *temas contextuais* a serem estudados nas matrizes curriculares que pudessem vir a fornecer aos futuros professores subsídios para a construção de uma metodologia alternativa, valorização de suas culturas e viabilização de projetos capazes de contemplar a realidade sociocultural de cada povo.

Nesse sentido, os *temas contextuais* são contrários aos formatos de conteúdo programáticos, na perspectiva do conhecimento endógeno e ocidental. Tema contextual implica uma ruptura do conhecimento eurocentrado, que ultrapassa as fronteiras disciplinares, retroalimentando as vivências, experiências e contextos relacionados aos alunos, comunidades e professores (NAZARENO; ARAUJO, 2017).

O currículo do curso está baseado na transdisciplinaridade e na interculturalidade, de forma mútua e dialógica. O currículo concebido de forma crítica evidencia o seu caráter cultural, histórico e político das distintas comunidades indígenas. Sua proposta possibilita aos estudantes indígenas “uma formação capaz de construir uma nova base educacional, de caráter antropológico, e de considerar/respeitar/lidar com a diferença e com o outro” (SILVA, 2018, p. 83).

Dentre os diversos temas contextuais que o curso de Licenciatura em Educação

⁷ Todos os alunos ingressantes no curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG, nos dois primeiros anos, são matriculados nos mesmos temas contextuais, fazendo parte da matriz de formação básica. No terceiro ano, cada aluno tem a opção de escolher sua matriz específica, *Ciências da Natureza*, *Ciências da Linguagem e Ciências da Cultura*, com outros componentes curriculares.

Intercultural da UFG aborda, neste trabalho, promovemos discussões sobre o tema contextual⁸ Cultura e Comércio, vinculado à matriz de formação básica. Esse tema estabelece um espaço educativo de debates e reflexões a respeito das relações comerciais tradicionais e atuais de cada cultura/povo, tomando como orientação suas transformações ocorridas ao longo da história.

Assim sendo, é um tema que contribui para a formação do futuro professor indígena, pois discute, de acordo com a ementa: “a concepção de sistemas de trocas comerciais, transações e relações comerciais tradicionais nos tempos históricos, moedas e valores de produtos comerciáveis e relações comerciais entre povos/culturas” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2006, p.38). Discute ainda as mudanças advindas das interações ocorridas com os demais segmentos da sociedade nacional.

Caminhos metodológicos: lutas e realidades sobre as relações comerciais dentro e fora das comunidades indígenas

Como já explicitado, as reflexões sobre o tema contextual Cultural e Comércio, que serão apresentadas a seguir, foram desenvolvidas no curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG, em 2017. Elas foram realizadas nas dependências do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena⁹ e objetivaram desvelar e discutir os elementos relacionados ao comércio e ao capitalismo dentro das comunidades indígenas e relatadas pelos estudantes.

Os resultados presentes neste trabalho são um recorte de uma pesquisa de mestrado realizada em 2017, a qual participaram inicialmente 13 povos distintos. Nosso propósito, na referida pesquisa, foi conhecer e estabelecer um contato com os contextos socioculturais e comerciais dos alunos e verificar quais as contribuições do tema contextual, Cultura e Comércio, referentes às relações comerciais praticadas pelos indígenas, tanto no contexto tradicional, quanto dos demais segmentos da sociedade nacional.

Por se tratar de um contexto diverso, e complexo, foi necessário realizar um recorte, para esse artigo. Assim, dentre os alunos indígenas matriculados no Tema Contextual, fizemos uma escolha pelos grupos que apresentaram em seus registros e nas oralidades as mudanças presentes no contexto indígena, referentes as relações comerciais praticadas no

⁸ A matriz curricular do referido tema contextual é de natureza obrigatória aos discentes ingressantes, e perfaz uma carga horária de 36 horas/aula.

⁹ Ambiente é vinculado à Faculdade de Letras, no qual são realizadas as aulas do curso de Licenciatura em Educação Intercultural Indígena na UFG.

passado, presente e futuro. Assim, para este artigo escolhemos as atividades desenvolvidas por três interlocutores de cada um dos seguintes povos: Apinajé, Krikati, Gavião, Krahô, Kanela e Xavante.

Essa investigação foi desenvolvida e amparada pela abordagem qualitativa. Desta forma, acreditamos na mesma perspectiva de Rey (1998, p. 42), que essa investigação “substitui a resposta pela construção, a verificação pela elaboração e a neutralidade pela participação”, visando construir, conforme definem Ludke e André (2014), novas formas de compreensão da realidade e outros olhares.

Priorizamos o desenvolvimento de um estudo pautado pela construção científica, na abordagem etnográfica de evento, uma modalidade de etnografia em que ao invés de realizar somente a observação contínua, os pesquisadores etnografam os eventos significativos. No nosso entendimento, essa abordagem propiciará uma análise da realidade dos sujeitos e dos distintos eventos históricos de forma profunda, dado o objeto de estudo.

Para o tratamento do material, selecionamos algumas atividades, dentre as várias, para compor este artigo. Adotamos, para análise das atividades, uma abordagem de caráter hermenêutico e interpretativo, pelo viés da Etnomatemática, em suas dimensões e significados. Pois, de acordo com Ludke e André (2014), as atividades, registros escritos, constituem uma fonte rica e estável de dados.

Ressaltamos que o olhar político aqui adotado é resultado de uma maneira específica de enxergar o mundo social e, mais especificamente, as relações comerciais indígenas. Olhar esse que está voltado para a compreensão dos impactos que as relações comerciais com grupos não indígenas têm sobre essas comunidades. O posicionamento teórico, no que lhe concerne, é consequência de uma inquietude diante da problemática explicitada e do intuito de propor encaminhamentos que de fato colaborem com o nascimento de uma “nova” realidade para os povos indígenas, mais justa e menos subalterna aos interesses da sociedade nacional.

Nessa análise intentamos identificar elementos relacionados ao comércio e ao capitalismo dentro das comunidades indígenas, a partir do olhar dos estudantes do curso de Licenciatura em Educação Intercultural. Para tanto, os interlocutores foram levados a refletirem sobre três questões, a saber: como eram realizadas as relações comerciais no passado (no tempo de seus avós, bisavós)? Como são realizadas as relações comerciais hoje? E por fim, como vocês imaginam que as relações comerciais serão realizadas no futuro? Para potencializar o processo das reflexões foram realizados seminários, nos quais os estudantes foram divididos por povos indígenas e em cada grupo discutiram e construíram cartazes para

serem apresentados para a turma¹⁰. Os cartazes foram propostos com o intuito de registrarem, em forma de desenhos, suas visões sobre as mudanças ocorridas nas relações comerciais ao longo da história e sobre as ações econômicas, políticas e culturais que foram inseridas nos contextos indígenas ao longo desse período.

A seguir apresentaremos os desenhos feitos pelos grupos escolhidos para este trabalho, bem como faremos algumas considerações sobre as discussões que ocorreram durante a realização dos seminários (sendo que algumas das falas transcritas serão trazidas aqui). Temos como objetivo ao apresentar esses recortes, retratar de que forma os estudantes indígenas participantes do tema percebem as relações comerciais, tomando como referência o contexto do passado, presente e futuro.

Passado: a importância do escambo para as sociedades indígenas

Nesse tópico apresentamos os desenhos e registros orais, que subsidiaram nossa análise. Como já relatado, os interlocutores foram levados a refletirem sobre a seguinte questão: como eram realizadas as relações comerciais no passado (no tempo de seus avós, bisavós)?

Os interlocutores¹¹ do grupo formado por estudantes do povo Apinajé trazem, sobre o passado, elementos e desejos que seu povo gostaria que fosse vivenciado, e também trazem, no cartaz, que as relações comerciais eram realizadas por meio do escambo, ou seja, a troca era feita sem valor monetário.

Figura 1: Relações comerciais no Passado – Grupo Apinajé



Fonte: Silva (2018, p. 102)

A interlocutora A ressalta que, no passado, as trocas eram realizadas pela necessidade e não por valor e interesse financeiro/capitalista. Desta forma, ela corrobora em sua fala com

¹⁰ Esse material foi fotografado, e os seminários foram filmados, e acoplado ao material de pesquisa para que servissem de registro de suas falas.

¹¹ Estamos chamando os estudantes colaboradores da pesquisa como interlocutores.

o que está explícito no cartaz utilizado pelo grupo, dizendo que:

[...] os indígenas trocavam as coisas pelas coisas [...] Os indígenas começaram a aprender com os não indígenas [...] Naquele tempo a troca não tinha valor e sim necessidade [...] Se eu tinha farinha e não tinha arroz, eu trocava com outra indígena que tinha (INTERLOCUTORA A DO POVO APINAJÉ, GRIFO NOSSO¹²).

O grupo formado por interlocutores do povo Krikati e Gavião, que trabalharam conjuntamente para a apresentação do trabalho retrata o modo como as relações eram feitas no passado. O cartaz traz proximidades com o que já foi dito pelos integrantes do grupo Apinajé, acrescentando a questão do trabalho a meia, ou seja, um trabalho conjunto para a produção de algo e que o produto será dividido entre os envolvidos no trabalho.

Figura 2: Relações comerciais no Passado – Grupo Krikati e Gavião



Fonte: Silva (2018, p. 104-105)

Sendo assim, elencamos abaixo as necessidades de mudanças e de valorização da cultura ressaltadas por alguns dos interlocutores deste grupo durante a realização do seminário. Desta forma, dois dos interlocutores do grupo Gavião e Krikati corroboram com as falas já apresentadas pelos interlocutores do grupo Apinajé, dizendo da necessidade das trocas efetuadas, e não do valor que os artefatos pudessem ter. Novamente as trocas eram movidas pela necessidade daquele que possuía o objeto:

[...] encontramos o escambo no passado, nossos antepassados usavam muito essa troca tradicional entre matérias-primas, artesanatos e alimentos [...] No nosso desenho temos uma índia com o pacará e outra com o *guarumã* – havia o comércio na própria aldeia e nas vizinhas, havia troca entre os povos próximos pela necessidade [...] Não importa o valor, não importa o tamanho do artesanato, e sim a necessidade (INTERLOCUTOR D DO POVO

¹² A interlocutora A do povo Apinajé é estudante do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. O trecho foi retirado de uma atividade expositiva, em formato de apresentação oral, no tema contextual Cultura e Comércio, no ano de 2017.

GAVIÃO, GRIFO NOSSO¹³).

Percebemos que as relações comerciais no passado eram bem presentes entre os povos e as aldeias próximas, as trocas aconteciam entre famílias, sem valores específicos, pesos e tamanhos, aconteciam de acordo com a necessidade [...] Quando uma família não tem nada para comer, a outra ajuda, sem intuito de vender, e quando a outra pessoa tem, devolve a mercadoria (INTERLOCUTORA E DO POVO KRIKATI, GRIFO NOSSO¹⁴).

Percebemos o quão eram fortes as relações comerciais pautadas nas trocas, inclusive entre o grupo formado pelos interlocutores do povo Krikati e Gavião, mantendo uma reciprocidade, uma solidariedade entre as famílias. Indicam modificações para o presente e futuro que falaremos no próximo tópico.

O terceiro grupo, formado por estudantes do povo Krahô e Kanela também falam sobre a existência de trocas no passado, mas trazem essa discussão falando o quanto o capitalismo foi nocivo para essa prática em cada um dos povos.

Figura 3: Relações comerciais no Passado – Grupo Krahô e Kanela



Fonte: Silva (2018, p. 111)

Trazemos um registro que discorre sobre os problemas que o capitalismo proporcionou a esses dois povos indígenas.

Antes só existiam as trocas, não existia o dinheiro [...] Com a chegada do dinheiro o escambo deixou de ser usado, eu desenhei vários dinheiros, porque no futuro não muito distante, não vai existir mais a troca, antes não existia o valor, hoje se você quiser trocar, a pessoa vai ver o preço e vai conforme o preço a troca, no futuro vai ter só dinheiro, sem trocas.

¹³ O interlocutor D do povo Gavião é estudante do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. O trecho foi retirado de uma atividade expositiva, em formato apresentação oral, no tema contextual Cultura e Comércio, no ano de 2017.

¹⁴ A interlocutora E do povo Krikati é estudante do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. O trecho foi retirado de uma atividade expositiva, em formato apresentação oral, no tema contextual Cultura e Comércio, no ano de 2017.

Antigamente só tinha troca, tinha a feira que realizava as trocas [...] Hoje em dia podemos trocar artesanatos por dinheiro, as pessoas só querem o dinheiro (INTERLOCUTOR I DO POVO KANELA, GRIFO NOSSO¹⁵).

Júnior (2000, p. 12) assim explica essa relação inicial estabelecida entre os indígenas e os invasores: “os portugueses cobiçaram o pau-brasil [...] os indígenas desejaram alguns objetos úteis a eles, estabeleceu-se, então, a troca, as relações comerciais entre povos”. O contato entre indígena e não indígena foi nefasta para os povos indígenas e as consequências, no que tange às relações comerciais, são vistas ainda hoje e são claramente percebidas pelos povos.

Fica claro pelas declarações acima que o capitalismo modifica e negligência a cultura indígena e que o dinheiro substitui as relações comerciais tradicionais. Muitos interlocutores relataram, inclusive, durante a apresentação do seminário, que atualmente “alguns” povos indígenas dão mais valor para o dinheiro do que para os costumes e as práticas tradicionais. Dessa forma, o conhecimento do não indígena substitui o do indígena, ação essa danosa e complexa para cenários interculturais. Essa ação é uma percepção de modificação (negativa) que o dinheiro, com o capitalismo, faz com os povos indígenas, que prejudica sua autônoma, sustentabilidade economia local.

Para fechar as discussões sobre o passado dos quatro grupos, temos o grupo formado por estudantes do povo Xavante. De acordo com o cartaz do grupo, como os demais povos, o grupo também praticava a troca levando em consideração a necessidade do artefato. Por exemplo: trocavam pena de arara por urucum, como mostra o cartaz da figura 4.

Figura 4: elações comerciais no Passado – Grupo Xavante



Fonte: Silva (2018, p. 117-118)

Entretanto, as falas dos interlocutores mostram também uma outra prática, distinta da

¹⁵ O interlocutor I do povo Kanela é estudante do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. O trecho foi retirado de uma atividade expositiva, em formato apresentação oral, no tema contextual Cultura e Comércio, no ano de 2017.

fala dos demais grupos, e anterior a uma prática de troca. Mostram ainda a preocupação do interlocutor Xavante com a sua história. Ao longo do registro é possível vislumbrar que o interlocutor remete em sua fala as relações comerciais praticadas pelos povos indígenas em momentos históricos anteriores e indica a preocupação com essas relações no presente, com as mudanças.

[...] antigamente não tinha troca de dinheiro, antigamente faziam distribuição de graça entre coisas que as pessoas precisavam. Antigamente as ajudas eram de graça, nada era pago. No presente aprendemos a fazer troca, mudou o jeito de viver. Muitos antepassados não aceitam as vendas das coisas do não indígena (INTERLOCUTOR J DO POVO XAVANTE, GRIFO NOSSO¹⁶).

É possível constatar ainda que as trocas comerciais no passado do grupo Xavante não existiam; o que existia era o oferecimento de objetos pessoais e alimentos de acordo com a necessidade das famílias, nada era vendido, praticavam a doação.

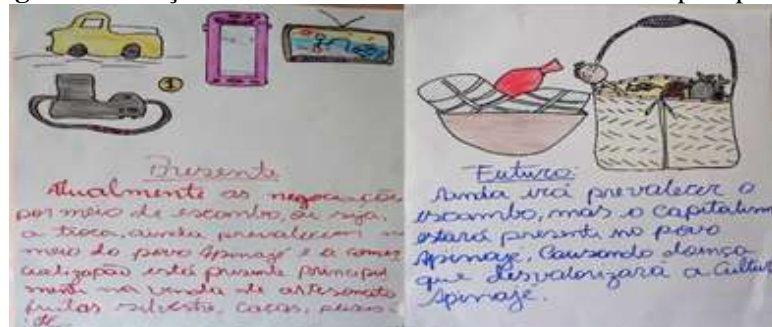
O Presente e o Futuro nas relações comerciais: preocupações com a influência do capital nas aldeias

Dentre algumas preocupações e apontamentos que trazemos nesse artigo, lançamos mão de olhares sobre questões voltadas ao presente e futuro nas relações comerciais dos povos indígenas, a saber: como são realizadas as relações comerciais hoje? E por fim, como vocês imaginam que as relações comerciais serão realizadas no futuro?

A figura 5 do povo Apinajé mostra como o grupo se organizou sobre os questionamentos efetuados. Enfatizam que as trocas ainda existem hoje entre as pessoas da comunidade e o comércio é mais forte nos artesanatos, frutas silvestres, caças e peixes. Acreditam que no futuro o escambo prevalecerá, mas que o capitalismo também estará presente causando problemas para a cultura Apinajé.

¹⁶ O interlocutor J do povo Xavante é estudante do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. O trecho foi retirado de uma atividade expositiva, em formato apresentação oral, no tema contextual Cultura e Comércio, no ano de 2017.

Figura 5: Relações comerciais no Presente e Futuro – Grupo Apinajé



Fonte: Silva (2018, p. 102)

O interlocutor *B* assim se posiciona em relação à temática, e mostra grande preocupação com a chegada da globalização na comunidade e com ela a forte presença da tecnologia no cotidiano do povo, bem como a lógica capitalista nas relações comerciais. O capitalismo é visto por este interlocutor como uma doença, e ele coloca uma forte preocupação com a sua presença na comunidade Apinajé, nos levando a compreender que o povo precisa estar vigilante com as modificações advindas desse modo de viver. De acordo com ele:

[...] a evolução do mundo globalizado, percebemos as tecnologias aprofundando nas comunidades indígenas. Hoje o capitalismo está envolvido em tudo. Para um futuro melhor, devemos começar com as nossas crianças, para que o capitalismo não prevaleça, a criança deve saber cantar, pintar e outros, para que não perca para sempre a cultura Apinajé. O capitalismo é uma doença – que destrói tudo. O capitalismo tem deixado muito nossa cultura e nossas relações comerciais tradicionais de lado e, para que possa voltar, tem que haver iniciativa de nós, para resguardar a cultura (INTERLOCUTOR *B* DO POVO APINAJÉ, GRIFO NOSSO¹⁷).

Tanto a argumentação do interlocutor *B* como as imagens presentes na figura 1 evidenciam os impactos negativos que o capitalismo e os demais segmentos da sociedade nacional trouxeram para a comunidade Apinajé, resultando na perda de elementos importantes de sua cultura. Os comerciantes não indígenas, e outros segmentos da sociedade, percebem os povos indígenas como seres aculturados, que vivem à custa do governo, como populações que detêm um poder aquisitivo alto, e às vezes rotulados como seres inferiores, fato que proporcionam a prática de apropriação indevida de cartões de créditos de alguns indígenas, cobranças de preços distintos entre povos, e outros problemas que contradiz a *Constituição Federal de 1988* e Teoria das Normas Jurídicas.

¹⁷ O interlocutor *B* do povo Apinajé é estudante do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. O trecho foi retirado de uma atividade expositiva, em formato de apresentação oral, no tema contextual Cultura e Comércio, no ano de 2017.

Vejamos mais algumas argumentações do grupo Apinajé, que refletem, no presente, as ponderações levantadas acima:

[...] existe o financiamento e empréstimo nas áreas indígenas [...] Isso valoriza o comércio local, a comercialização não está só na aldeia e sim na cidade, na aldeia há troca e na cidade há venda (dinheiro), hoje o escambo prevalece, desde o passado até os dias de hoje [...] Isso “engana” o índio, os preços diferem para o não indígena e o indígena, os preços são diferentes quando é à vista e a prazo, o sabão custa 2,00 para o não indígena e para o indígena custa 5,00. (INTERLOCUTORA C DO POVO APINAJÉ, GRIFO NOSSO¹⁸).

Esses elementos corroboram com os desafios e enfrentamentos que os povos indígenas vêm lutando mediante a influência do capitalismo em suas terras. Esses registros também evidenciam os impactos provocados pelos não indígenas no papel do educador. Desta forma, uma das interlocutoras dessa pesquisa corrobora com os apontamentos acima, e nos diz como devem conduzir sua história e suas relações socioculturais para que o futuro seja como eles (indígenas) querem:

[...] queremos que as nossas crianças repassam nossa cultura para seus filhos, para os próximos, devemos conscientizar, mesmo com a evolução, devemos utilizar nossas coisas/artesanatos tradicionais. Essas relações comerciais do não indígena, desvaloriza a nossa cultura. Imaginamos que no futuro prevalecerá o escambo – nosso sonho é ter as coisas do passado no futuro [...] queremos comercializar/negociações dentro de nossa aldeia no futuro (INTERLOCUTORA C DO POVO APINAJÉ, GRIFO NOSSO¹⁹).

Observa-se, mediante as diversas falas dos interlocutores indígenas, do grupo Apinajé, transcritas acima, a inexistência de um olhar voltado para o combate às ações exploratórias do capitalismo. Todos eles também ratificam os impactos negativos de desvalorização da cultura e das relações comerciais tradicionais ocasionadas pela inserção do capitalismo em sua comunidade. Percebe-se também, pelos relatos acima, que há uma “perda” da cultura dos mais jovens, que ficam divididos numa linha abissal entre o mundo do indígena e do não indígena. Para além disso, é perceptível a vontade/sonho que os interlocutores indígenas têm de o capitalismo deixar de influenciar suas relações socioculturais e econômicas.

Buscando as falas do segundo grupo, protagonizado pelos interlocutores Krikati e Gavião, suas falas apontam para uma manutenção do vivido no passado, trazido no tópico

¹⁸ A interlocutora C do povo Apinajé é estudante do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. O trecho foi retirado de uma atividade expositiva, em formato apresentação oral, no tema contextual Cultura e Comércio, no ano de 2017.

¹⁹ A interlocutora C do povo Apinajé é estudante do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. O trecho foi retirado de uma atividade expositiva, em formato apresentação oral, no tema contextual Cultura e Comércio, no ano de 2017.

anterior. Vejam a figura 6:

Figura 6: Relações comerciais no Presente e Futuro – Krikati e Gavião



Fonte: Silva (2018, p. 104-105)

Apesar das falas supracitadas apontarem para uma tentativa de manter as tradições comerciais indígenas do passado, alguns interlocutores afirmaram, durante a apresentação do seminário, que os artesanatos (que não eram artesanatos, e sim artefatos utilizados no cotidiano) passaram a ser vendidos dentro das aldeias Krikati, caso os destinatários não fossem membros da mesma família. Essa modificação na relação comercial é fruto da influência individualista e excludente que o contato com o capitalismo lhes proporcionou. Ou seja, percebemos aqui uma modificação nos modos de se relacionarem comercialmente, pois com a chegada do dinheiro e com a necessidade de tê-lo para adquirir objetos necessários no dia-a-dia, como alimentos, roupas, itens de higiene pessoal, as trocas deixam de ser frequentes, pois o dinheiro ganha espaço e importância para sobrevivência das pessoas e modifica o modo de vida. Se antes dependiam da natureza para dela tirarem tudo o que precisam, hoje além dela também precisam comprar artefatos oriundos da cidade, ou seja, precisam do dinheiro para suas relações comerciais.

Assim, por meio dos relatos acima, percebemos que as práticas culturais tradicionais dos povos indígenas estão se esvaindo, perdendo força diante do impacto da modificação cultural imprimida pelos não indígenas. Sobre as modificações comerciais e como os estudantes enxergam que elas ocorrerão no futuro, o terceiro interlocutor do grupo Krikati assim se pronuncia:

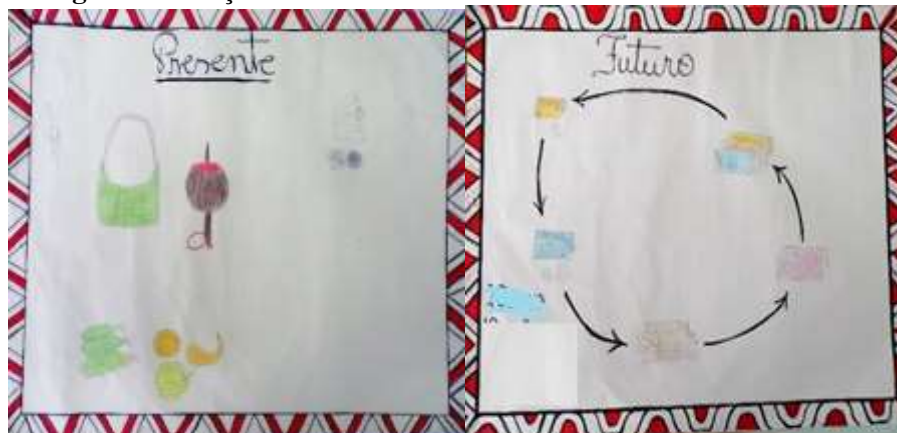
[...] no passado era lindo, no presente temos a ocupação de vendas, no futuro colocamos mercado dentro da aldeia para facilitar. Temos que fortalecer nossa cultura [...] Temos que aprender... muitos não tem orgulho de nossa cultura, temos que andar com os dois mundos. Colocamos vários alimentos e artesanatos presentes nas vendas dentro das aldeias. As trocas serão feitas por valores, trocamos um colar pelo valor em outro produto

(INTERLOCUTOR *F* DO POVO KRIKATI, GRIFO NOSSO²⁰).

A necessidade, por parte dos indígenas, de criar um mercado dentro das aldeias está contida na fala do interlocutor *F*. Essa criação será, na visão dele, para a retomada, para o fortalecimento do artesanato (venda para os não indígenas) e para a valorização cultural. Além disso, explicita a retomada da troca de artefatos considerando nestas trocas o valor que os objetos possuem, como, por exemplo, trocar um colar por outros produtos vendidos no mercado, necessários para o dia-a-dia. Mostram com esse pensamento para o futuro uma tentativa de retomada e valorização cultural, como já dissemos e evidenciam as concepções/lutas epistemológicas dos povos indígenas, historicamente subalternizados, e o papel das mudanças econômicas introduzidas pela sociedade de não indígenas que se adentra nessas comunidades indígenas. Quando a troca deixa de ser pensada sem considerar a necessidade (presente no passado) e sim o valor do produto, evidencia para nós uma atualização dos modos de entender e de efetivar o comércio e, também, uma tentativa de amenizar os efeitos do capitalismo na comunidade, ou seja, usa-se tanto da necessidade do produto quanto do valor a ele agregado.

No que se refere às discussões realizadas com o terceiro grupo durante o seminário foi possível extrair as seguintes reflexões indicadas pelo cartaz do grupo e pelas suas falas:

Figura 7: Relações comerciais no Presente e Futuro – Krahô e Kanela



Fonte: Silva (2018, p. 111)

[...] cada aldeia tem sua realidade, mas somos um só povo, com seu próprio modo de viver [...] O povo Kanela produz vários artesanatos – esteiras, antes os antepassados não tinham noções do sistema capitalista. No desenho apresentamos alguns artesanatos e mitos. Hoje utilizamos moedas brasileiras, e com isso, o povo Kanela começou com essas mudanças capitalistas. No futuro temos uma outra visão [...] O povo Kanela sempre

²⁰ O interlocutor *F* do povo Krikati é estudante do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. O trecho foi retirado de uma atividade expositiva, em formato apresentação oral, no tema contextual Cultura e Comércio, no ano de 2017.

“tenta” preservar as culturas tradicionais. Em algumas aldeias, durante as feiras, não há vendas entre nós indígenas e, sim trocas, e doações (INTERLOCUTOR G DO POVO KRAHÔ, GRIFO NOSSO²¹).

Quem trouxe esses problemas do capitalismo foi a Europa, ano de 1500 e não nasceu no Brasil [...] Não sabemos muitas coisas do futuro, os problemas das relações comerciais podem acontecer em qualquer povo, futuramente o dinheiro vai substituir tudo. Existiam as trocas comerciais tradicionais, não tinha o dinheiro, [...] Ainda existe um pouco dessa troca tradicional. No presente temos a presença do capitalismo [...] (INTERLOCUTOR H DO POVO KRAHÔ, GRIFO NOSSO²²).

Pelos relatos dos dois interlocutores acima descritos é possível identificar e perceber as diversas modificações ocorridas em terras indígenas hoje, frutos da invasão, ainda no ano de 1500. O grande problema apontado pelos interlocutores da pesquisa é a alienação/usurpação das relações comerciais praticadas em contextos indígenas por vários outros segmentos da sociedade nacional. Esses problemas são ocasionados pela incorporação do dinheiro (entrada da moeda), dentro e fora das aldeias, e esse fato altera o valor de doação e troca sem valor comercial entre os povos indígenas.

Referentes à essas discussões sobre o presente e o futuro, trazemos agora algumas reflexões indicadas pelo quarto grupo, durante a apresentação do cartaz, no que se refere às relações comerciais do grupo Xavante.

Figura 8: Relações comerciais no Presente e Futuro – Grupo Xavante



Fonte: Silva (2018, p. 117-118)

Hoje o modo de viver, para algumas pessoas, do povo Xavante, foi modificado, comparado com o que trouxeram sobre o modo de vida no passado, praticam as trocas e vendas, e para os interlocutores esta modificação causa desunião. Segue a transcrição:

²¹ O interlocutor G do povo Krahô é estudante do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. O trecho foi retirado de uma atividade expositiva, em formato apresentação oral, no tema contextual Cultura e Comércio, no ano de 2017.

²² O interlocutor H do povo Krahô é estudante do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. O trecho foi retirado de uma atividade expositiva, em formato apresentação oral, no tema contextual Cultura e Comércio, no ano de 2017.

Temos que viver nossa cultura e nossas relações. No futuro é difícil, eu não tenho visão. Temos que incentivar nossos alunos o que é bom para nós. Futuramente na minha sociedade, eu não consigo falar, eu não sei o que vai acontecer (INTERLOCUTOR *K* DO POVO XAVANTE, GRIFO NOSSO²³).

Na minha opinião, temos que aprender só as coisas boas que servem para a vida, e não os que destroem nossa cultura. No passado tudo era natural, não tinha aquela troca, não existia a desunião (INTERLOCUTOR *L* DO POVO ETNIA XAVANTE, GRIFO NOSSO²⁴).

O relato acima emana a preocupação em salvaguardar o conhecimento e a valorização dos povos indígenas historicamente subalternizados. De fato, é possível perceber, pela fala do interlocutor *L* do grupo Xavante, a necessidade que ele vê em preservar a cultura indígena para as próximas gerações (preocupação também da Etnomatemática). Explicitam a dificuldade de enxergar como será o futuro, dadas as condições do presente, mas expressam a necessidade de incentivar os estudantes das escolas sobre o que é bom para o povo, sobre as coisas boas e que agregam e preservam a cultura.

Retomando e discutindo os dados

Os estudantes do povo Apinajé relacionam, por meio das informações presentes na figura 1 e figura 5, as concepções históricas negligenciadas frente às relações comerciais praticadas tanto no contexto tradicional quanto na sociedade não indígena, vinculadas ao passado, presente e futuro. Nos excertos trazidos, extraídos da atividade de seminário realizada durante a pesquisa, é possível perceber pelas falas, uma consciência das “modificações” de recursos genéticos, financeiros e de conhecimentos tradicionais, vinculados à biodiversidade e ao comércio, tanto no passado quanto no presente, todas advindas da sociedade ocidental dominante.

Os estudantes do segundo grupo trouxeram para o debate (figura 2 e 6) elementos do comércio, a necessidade de mudanças e de valorização das trocas comerciais tradicionais. É fundamental, portanto, discutir tanto as relações comerciais e culturais praticadas tradicionalmente pelos indígenas quanto as da sociedade envolvente, como, por exemplo, ações exploratórias mediante a utilização indevida de recursos naturais e desvalorização dos

²³ O interlocutor *K* do povo Xavante é estudante do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. O trecho foi retirado de uma atividade expositiva, em formato apresentação oral, no tema contextual Cultura e Comércio, no ano de 2017.

²⁴ O interlocutor *L* do povo Xavante é estudante do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG. O trecho foi retirado de uma atividade expositiva, em formato apresentação oral, no tema contextual Cultura e Comércio, no ano de 2017.

conhecimentos tradicionais.²⁵

O terceiro grupo aborda a realidade que o circunscreve, a perda do patrimônio cultural e das relações comerciais que, para Barbieri (2014, p. 14), se “constitui pelo fornecimento de produtos utilizando o conhecimento tradicional como, por exemplo, os produtos farmacêuticos, cosméticos, artesanatos e químicos advindos dos saberes tradicionais ancestrais”.

Essa relação que a autora traz acima, corrobora com o quarto grupo, que é uma apropriação (indevida) do não indígena com o indígena. Essas ideias, de apropriação indevida de conhecimentos, estão interligadas com os relatos dos interlocutores, contudo não é explicitado em suas falas, mas sim um olhar acerca dos impactos que os demais segmentos da sociedade nacional provocam aos povos indígenas.

Diante do exposto, podemos afirmar que todos os debates realizados foram importantes para a formação acadêmica dos interlocutores, uma vez que proporcionaram momentos de reflexões sobre os problemas enfrentados e ocasionados pelo capitalismo e pela sociedade não indígena.

Constatamos, pela maioria das falas dos interlocutores dos diferentes povos, que são evidentes a perda dos costumes e os prejuízos imprimidos pelo capitalismo e pelas relações comerciais ocidentais dominantes, muitas vezes decorrentes do pensamento/prática colonial e da exploração, que destroem a cultura local.

A grande problemática, a nosso ver, é encontrar uma maneira de garantir que os povos indígenas sejam contemplados pelo mercado globalizado sem que haja, contudo, exploração de suas relações comerciais. Um passo importante seria mudar o paradigma ocidental explorador do patrimônio cultural dos indígenas, tal como descrito em vários artigos da *Constituição Federal de 1988*, quando ela aborda a questão dos conhecimentos tradicionais.

Quanto aos apontamentos dos interlocutores indígenas aqui destacados, no que se refere à exploração do seu patrimônio cultural, constatamos que eles corroboram as reflexões de Ribeiro e Ferreira (2006) quando afirmam que:

[...] esse conhecimento foi marcado pela presença de instituições, crenças, conhecimentos e expressões culturais nas quais prevalecia o olhar impositivo do dominador/invasor, que substituíam, se necessário, os elementos culturais dos povos – culturalmente distintos –, ou mesmo eliminavam pessoas para, em contrapartida, propagarem os conhecimentos, ditos civilizados, com a clara intenção de assumir o espaço indígena, seja ela territorial, político, social, econômico ou cultural (p. 152).

²⁵ Esses elementos não foram apresentados pelos interlocutores em seus registros, mas há indícios de uma aproximação com esses exemplos destacados acima.

Quando analisamos o monopólio capitalista na sociedade não indígena é possível fazer um paralelo entre o que foi apresentado e a pré-existência de mundos distintos e polarizados: “de um lado, o ecossistema, o meio ambiente, a cosmovisão e de outro lado, o mercado, o capitalismo, o lucro, e o individualismo” (SOUZA, 1998, p. 74). Ademais, é pertinente salientar que os interlocutores gostariam de ser vistos como sujeitos de direitos e protagonistas de sua própria história.

Ao nos confrontamos com as modificações culturais expostas pelos interlocutores, lembramo-nos do que Haber (2011) apregoa, a saber, que a modernidade ocidental contribui para uma lógica de capital que, na verdade, cria “mercadorias”. Nessa perspectiva, os indígenas são submetidos a uma visão engendrada do comércio advinda do Ocidente capitalista.

Podemos perceber que a discussão que o grupo 2 estabelece (tanto por meio do desenho, representado pela figura 2, quanto por meio das falas extraídas do seminário e reproduzidas aqui) se aproxima muito da visão que a Etnomatemática busca alcançar, em sua essência, a saber, a possibilidade de revelar e valorizar a diversidade, evidenciando a coexistência de diferentes epistemes, reconhecendo, assim, as diversas populações e conhecimentos (SILVA, 2018).

Nota-se, neste espaço, um movimento de usurpação e alienação dos povos nativos. A fala do interlocutor *J*, do povo Kanela, nos remete a Barbieri (2014) quando afirma vivermos numa sociedade recolonizada, com a prática de exploração, que modifica as relações tradicionais do comércio indígena apropriação indevida da cultura. Ou seja, existe uma concepção epistemológica e exploratória frente aos povos indígenas.

Essa concepção, oriunda da ocidentalidade, influencia a cultura indígena, e em alguns momentos da atividade os interlocutores trazem, em suas oralidades, relatos de práticas indevidas, que contradizem a Constituição Federal de 1988, proporcionadas pelos não indígenas em sua comunidade, e às vezes, alguns indígenas replicam essa prática indevida com e entre seus pares.

Esses debates corroboram muito com a Etnomatemática que reivindica algumas mudanças quanto aos aspectos ocidentais e capitalistas. As diversas inquietações aqui evidenciadas pelas falas dos interlocutores indígenas externam nossas próprias visões frente às questões socioculturais e comerciais (D’AMBROSIO, 2002). É possível perceber que essas questões sobre a valorização das relações comerciais em debates indígenas com um olhar da Etnomatemática possuem amplitude e assume um papel central entre saberes distintos não

hierarquizados, uma vez que, compreende as necessidades de cada povo.

Das relações comerciais ao conhecimento etnomatemático

Em algumas sociedades indígenas antigas as produções de vida material e comercial eram organizadas de forma a garantir apenas o consumo necessário para a sobrevivência dos envolvidos, sem produção excessiva e tais produtos possuíam apenas valor de uso, não havia valor de troca/venda²⁶. O trabalho, antes do período da colonização, era organizado pelos membros do grupo. O resultado desse trabalho era comunitário, as propriedades de terras, as comercializações e as produções eram igualmente coletivas.

Silva (2018) sugere que os povos indígenas debatam e questionem para que sua cultura e suas práticas econômicas sejam reconhecidas, valorizadas e preservadas nas relações com a sociedade ocidental; que participem do desenvolvimento de sua identidade cultural, buscando direitos de consumidores para o comércio de seus produtos e artesanatos, na forma de etnossustentabilidade e etnodesenvolvimento, garantindo, assim, o direito de serem protagonistas de sua própria história.

Ao falar sobre relações comerciais em comunidades indígenas é necessário falar de Etnomatemática, pois (por ela os diferentes grupos matematizam suas diversas e distintas experiências com a natureza, suas relações cotidianas) ela é a forma pela qual diferentes grupos matematizam (classificam, contam, comercializam, inferem, medem e relacionam). Ela se traduz nos diversos conhecimentos vivenciados e utilizados por várias culturas e povos distintos.

O conceito que D'Ambrosio propõe para a Etnomatemática é mais amplo do que a Matemática para os distintos povos indígenas, contudo, propõe a valorização das várias culturas e de conhecimentos que estão sendo extintos. O autor apresenta o seguinte exemplo:

[...] ao estudar as culturas indígenas, a matemática escolar se apresenta com uma roupagem de superioridade, com o poder de descolar, de eliminar a “matemática do índio”. Mas o mesmo se dá com outras formas culturais, como comportamento, medicina, arte, religião. Em particular essas duas últimas são reduzidas a folclore... Em particular na geometria e na aritmética notam-se violentas contradições. Por exemplo, a geometria do índio é colorida, enquanto a geometria grega eliminou a cor (D'AMBROSIO, 1999, p. 85).

²⁶ Contudo, com o passar dos tempos, e com a invasão das terras brasileiras, os demais segmentos da sociedade nacional (não indígenas), reduziram as sociedades tradicionais a contextos meramente observáveis, segunda a lógica da produtividade. Porém, os processos epistêmicos das sociedades indígenas não se constituíram (consagram) pela lógica do capital.

Neste sentido acreditamos que as concepções da Etnomatemática se fazem presente na vida das comunidades e pode ser percebida na formação de professores indígenas, nas relações comerciais, tanto nas relações étnicas, quanto nas interétnicas. Diante do exposto, no que concerne à formação de professores indígenas confrontados com questões que discutem sistemas comerciais ao longo da história, é possível encontrar diversas preocupações relacionadas com as culturas, as relações comerciais nas distintas comunidades e a formação superior dos povos indígenas.

Sendo assim, a Etnomatemática possibilita ao futuro professor indígena formar-se para uma nova visão de mundo e desenvolvimento dos conhecimentos dos outros segmentos da sociedade nacional. Nessa perspectiva, Ribeiro (2006) acredita que a Etnomatemática, em consonância com questões vinculadas à diversidade cultural, possui uma aproximação de princípios que dá aporte para a construção de uma nova visão de mundo e de novos conhecimentos (etnoconhecimentos).

As possibilidades aqui apresentadas e que foram desenvolvidos, em um tema contextual do curso de Licenciatura em Educação Intercultural da UFG, são trabalhadas em consonância com os princípios do curso, que se pautam na interculturalidade e transdisciplinaridade. Tais princípios dialogam com a Etnomatemática, pelo o que até aqui foi dito. As atividades são pensadas na busca com um diálogo com a cultura e os diferentes modos que as relações comerciais se fazem presentes, levando os interlocutores a refletirem, em uma aula de matemática, sobre o capitalismo, globalização, dinheiro e pensar não somente no que se refere a matemática acadêmica, procedimentos matemáticos, etc., mas também nos efeitos nocivos do capital para as comunidades indígenas, na história do dinheiro e do comércio no mundo, estabelecendo relações com a vivência e as tradições de cada povo.

Todo esse aprendizado e estabelecimento de relações nos faz a todos saímos do conforto de se discutir apenas uma matemática e esse movimento de olhar para os diferentes modos de lidar com o comércio, várias reflexões são efetuadas pelos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem e percebemos nesse caminhar um percurso em busca da transdisciplinaridade, da horizontalidade dos conhecimentos.

Caminhos que ficam

A valorização do comércio, as diferenças culturais e o respeito para com o outro vieram ao encontro de nossas inquietações acerca das questões levantadas por este artigo. Dentro desse cenário surge uma enorme diversidade cultural, com modos próprios de

enxergar o meio e o mundo capitalista.

No cerne da formação dos professores indígenas situam-se práticas comerciais e práxis transformadoras no que tange ao processo formativo dos educadores indígenas. O diálogo aqui estabelecido, à luz do movimento etnomatemático, proporcionou significativas argumentações reflexivas sobre as relações comerciais indígenas.

A Etnomatemática é um caminho para leituras do mundo, buscando a valorização das diversas relações interculturais das diferentes populações, pois aponta rumos para a valorização comercial tradicional e para uma prática formativa eficiente do professor indígena, afinal,

[...] o processo formativo/educativo à luz de uma perspectiva Etnomatemática, por meio de práticas educativas autônomas, libertadora e interculturais, deve viabilizar a instauração do diálogo no encontro intercultural. Poderá levar, portanto, à construção de um mundo, em que as relações do indivíduo com o seu meio sociocultural, com o outro e consigo mesmo, proporcione um ambiente rico em harmonia e respeito mútuo em prol do estreitamento das tensões e conflitos coletivos, e conseqüentemente trilhando a paz entre todos (RIBEIRO, 2006, p. 181).

Nesse contexto, o processo de formação é uma via que favorece o diálogo dos povos indígenas com os que detêm o tal “poder” nesta sociedade. Desse modo, a atividade analisada, à luz da Etnomatemática, despertou nos interlocutores interações e atitudes por meio do diálogo que expuseram seus projetos de vida, suas expectativas e concepções frente às relações comerciais do passado, presente e futuro; despertou também suas angústias, seus desejos, suas dúvidas, seus sonhos e outros elementos que influenciaram as suas escolhas.

A partir da análise da atividade pudemos compreender um pouco a realidade cultural, social e econômica vivenciada pelos povos indígenas e os impactos/influências “negativas” a partir do que descrevem os próprios indivíduos sobre a cultura ocidental dominante. Pelos argumentos aqui descritos percebemos que a atividade de pesquisa realizada, bem como o tema contextual escolhido, foi de suma relevância, tendo em vista que demonstraram estar a serviço da “transformação” e conscientização crítica da realidade econômica indígena.

A temática possibilitou a liberdade de expressão dos interlocutores ao falarem/relatarem suas origens e os problemas decorrentes da exploração territorial e comercial. Ficou evidente, por meio da maioria dos relatos, que há perda das relações comerciais tradicionais e de direitos e vozes em propriedades intangíveis, suscetíveis de serem utilizadas comercialmente pelos envolvidos. Lembrando que para Rousseau (1989 *apud*, CABRAL, 2016) é a própria sociedade a responsável pela desigualdade, subalternação,

injustiça e arbitrariedade comerciais existentes.

Nesse sentido, acreditamos que o debate sobre as relações comerciais, tanto no passado quanto no presente, dentro do processo formativo indígena, produz e socializa um novo conhecimento, pois aproxima os alunos da realidade do mundo ocidental não indígena, realidade essa por vezes distinta e desconexa da educação e do meio indígena.

Entendemos que a leitura sobre o outro promove a valorização das relações de poder e proporciona um novo olhar sobre os impactos do capitalismo. O estudo sobre temas que abarcam as relações comerciais, nesse contexto, foi uma oportunidade de diálogo e espaço para que os alunos indígenas pudessem debater as problemáticas enfrentadas e vivenciadas. Assim, mais importante que o produto em si é o processo formativo. O que esperamos é que se cumpram as leis prescritas pela *Constituição Federal de 1988* e se reconheçam as produções tradicionais indígenas, bem como que se promova a autonomia dos indígenas para que eles consigam enfrentar as várias transformações econômicas, nas diversas situações vividas.

Por fim, é importante destacar que a abordagem à luz da Etnomatemática aqui estabelecida foi extremamente válida, pois possibilitou aos indígenas um caminho para o estabelecimento de debates sobre as práticas comerciais e seus direitos, de forma a tentar fortificar os valores pertencentes às populações envolvidas no processo formativo. Um dos interlocutores se dá conta dos diversos problemas que o capitalismo provoca nas comunidades indígenas, e durante as aulas do tema contextual propõe estudos e projetos que discutem essa questão, a de modo radical a combater o capitalismo das comunidades indígenas. Essa inquietação provocada no interlocutor, é proporcionada pelas problematizações que foram feitas ao longo do tema contextual, e ao nosso ver os estudantes saíram de sua zona de conforto e foram levados a refletirem, de fato, às situações comerciais que estão envolvidos, e que prejudicam seus modos de vida próprios.

Para a Educação do futuro é necessário situar os conhecimentos oriundos dos mais diversos contextos para que os indivíduos promovam reflexões sobre sua condição humana perante a era planetária que as civilizações estão presenciando na atualidade (RIBEIRO, 2006, p. 107). Enquanto pesquisadores, acreditamos que este artigo é o início de um caminho melhor e sem (pré)conceitos e explorações para com os povos indígenas, bem como para a problematização da realidade vivenciada.

Referências

BARBIERI, S. R. J. **Biopirataria e povos indígenas**. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2014.

BRASIL. **Constituição federal de 1988**. Brasília: MEC, 1988.

CABRAL, J. F. P. **Rousseau**: desigualdade e contrato. 2016. Disponível em: <http://brasilecola.uol.com.br/filosofia/rousseau-desigualdade-contrato.htm>. Acesso em: 22 jan. 2018.

D'AMBROSIO, U. **Da realidade à ação**: reflexões sobre educação e a matemática. 4. ed. Campinas: Summus, 1994.

D'AMBROSIO, U. **Educação para sociedade em transição**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

D'AMBROSIO, U. Um enfoque transdisciplinar à educação e à história da matemática. *In*: Borba, M. C.; Bicudo, M. A. V. (Org.). **Educação matemática**: pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 1999, p.13-29.

D'AMBROSIO, U. Etnomatemática e educação. *In*: Knijnik, G.; Oliveira, C. J.; Wanderer, F. (Org.). **Etnomatemática**: currículo e formação de professores. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2002, p. 39-52.

D'AMBROSIO, U. Etnomatemática e educação. *In*: Knijnik, G.; Oliveira, C. J.; Wanderer, F. (Org.). **Etnomatemática**: currículo e formação de professores. 1. ed. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2004, p. 39-52.

D'AMBROSIO, U. **Educação matemática da teoria à prática**. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JÚNIOR, A. B. **Os indígenas antes e depois de Cabral**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2000.

HABER, A. Nometodología payanesa: notas metodologia indisciplinada. **Chile antropologia revista**, Catamarca-Chile, n. 23, p.9-49, 2011.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens Qualitativas. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2014.

NAZARENO, E., ARAÚJO, O. C. G. Reflexões em torno do tema contextual “etnicidade e diversidade cultural”. **Articulando e Construindo Saberes**, n. 2. 2017.

RIBEIRO, J. P. M. **Etnomatemática e formação de professores indígenas**: um encontro necessário em meio ao diálogo intercultural. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006.

RIBEIRO, J. P. M.; FERREIRA, R. Educação escolar indígena e etnomatemática: um diálogo necessário. *In*: RIBEIRO, J. P. M.; DOMITE, M. C. S.; FERREIRA, R. **Etnomatemática**: papel, valor e significado. Porto Alegre, RS: Zouk, 2006. p. 149-160.

SILVA, M. M. **Etnomatemática e relações comerciais na formação de professores indígenas**. Dissertação (Mestrado em Educação em Educação em Ciências e Matemática) –

Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal de Goiás, 2018.

SOUZA, C. F. M. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá, 1998.

TAUKANE, E. B. **Minha formação, meu povo**: um só objetivo. In: Caderno de Educação Escolar Indígena. Projeto de Formação de Professores Indígenas, 3º Grau Indígena, V. 2, N. 1. Barra do Bugres – MT: UNEMAT, p. 11-18, 2003.

THOMSON, G. **Os primeiros filósofos**. 1 ed. Lisboa: Estampa, 1974.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Núcleo Takinahakỹ De Formação Superior Indígena. **Projeto Pedagógico do Curso de Educação Intercultural**, Goiânia, 2006.

Recebido em: 15 de setembro de 2020
Aprovado em: 11 de outubro de 2020